

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

Adriana Jorgina de Araújo Paiva

Matrícula 2017200530247

**INCLUSÃO ESCOLAR:** um olhar sobre o aluno incluído em uma escola municipal de São  
Gotardo/MG

São João Del-Rei

2018

ADRIANA JORGINA DE ARAÚJO PAIVA

**INCLUSÃO ESCOLAR:** um olhar sobre o aluno incluído em uma escola municipal de São  
Gotardo/MG

Projeto de monografia apresentado para obtenção  
de créditos da disciplina de Monografia I do curso  
de Especialização em Gestão Pública da  
Universidade Federal de São João Del-Rei.

São João Del-Rei

2018

ADRIANA JORGINA DE ARAÚJO PAIVA

**INCLUSÃO ESCOLAR:** um olhar sobre o aluno incluído em uma escola municipal de São  
Gotardo/MG

Monografia apresentada a Universidade Federal de  
São João del-Rei como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Especialista em Gestão  
Pública.

Aprovada: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr. Nome do orientador (UFSJ) (Orientador)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais Alaide e Ilma, a meus irmãos Júnia e Charles, os quais foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, apoiando-me nos momentos de desânimo e angústia. A meu amado marido Fernando pelo companheirismo, apoio e paciência nestes meses de muito trabalho. Dedico aos meus amigos Mara e Rafael, que me acompanharam ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Dedico ainda aos professores que estiveram comigo nesta jornada, e ao meu orientador que recebeu o tema com carinho.

## **RESUMO**

O presente trabalho foi voltado para entendermos um pouco como funciona a Educação Inclusiva de crianças com necessidades educacionais especiais, visto que, esta é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade atualmente. A Educação Inclusiva foi desenvolvida na década de 70, e, visa trabalhar não só com a pessoa especial, é um trabalho que envolve o estreitamento de laços com a família, a escola e a sociedade. Logo, este é o centro do presente estudo: verificar como é trabalhada a inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino. Com esta pesquisa, busca-se analisar se, os métodos adotados pela equipe escolar dentro do ambiente escolar e principalmente nas salas de recursos multifuncionais são eficazes para desenvolver as habilidades das crianças. Ademais, os resultados apontaram que a escola municipal tem adotado as mudanças no sentido de aplicar as leis vigentes, ou seja, buscou adequar o processo de ensino aprendizagem no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), e tem se sobressaído com excelência no desenvolvimento destes menores, e conseqüentemente na integração destes com a vida social na comunidade em que vivem. A inclusão, portanto, vai além de uma mudança de concepção, pois deve ser norteada em uma modificação de valores da sociedade como um todo, é preciso, um conjunto de ações voltadas para melhorar este quadro, com devido comprometimento dos pais, professores, diretores, alunos e comunidade, para uma abordagem multidisciplinar.

Palavras-chave: inclusão - necessidades especiais - escola regular - AEE.

## **ABSTRACT**

The present work was aimed at understanding how Inclusive Education works for children with special educational needs, since this is undoubtedly one of the greatest challenges of society today. Inclusive Education was developed in the 70's, and aims to work not only with the special person, it is a work that involves the strengthening of ties with family, school and society. Therefore, this is the center of the present study: to verify how the inclusion of students with disabilities in the regular classroom is handled. With this research, we seek to analyze if the methods adopted by the school staff within the school environment and especially in the multifunctional resource rooms are effective in developing children's skills. In addition, the results pointed out that the municipal school has adopted the changes in the sense of applying the current laws, that is, it sought to adapt the process of teaching learning with regard to Specialized Educational Assistance (AEE), and has excelled with excellence in development of these minors, and consequently their integration with social life in the community in which they live. Inclusion therefore goes beyond a change of conception, since it must be guided by a modification of values of society as a whole, it is necessary, a set of actions aimed at improving this framework, with due commitment of parents, teachers, directors, students and community for a multidisciplinary approach.

Keywords: inclusion - special needs - regular school - ESA.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES E DE LISTA DE TABELAS**

### **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 Lista de escolas, creches e instituições do município de São Gotardo.....	18
QUADRO 2 Lista de Atividades desenvolvidas na sala multifuncional.....	24

### **LISTA DE ICONOGRAFIAS**

ICONOGRAFIA 1 – Professora com alunos dentro da sala de recursos multifuncionais.....	25
ICONOGRAFIA 2 – Crianças especiais dentro da sala de recursos multifuncionais.....	26

### **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Questionário aplicado aos professores das salas de Recursos Multifuncionais.....	29
TABELA 2 - Questionário aplicado ao professor das salas de Recursos Multifuncionais.....	30
TABELA 3 - Questionário aplicado ao Supervisor Escolar.....	31
TABELA 3 - Questionário aplicado ao Diretor Escolar.....	32

## Sumário

**Erro! Indicador não definido.**

16

17

**Erro! Indicador não definido.**

**Erro! Indicador não definido.**

18

19

22

**Erro! Indicador não definido.**

34

34

36

39

39

26

42



## 1 INTRODUÇÃO

A problemática envolvendo a inclusão de crianças especiais que precisam de uma atenção especial, de um acompanhamento e acima de tudo de muito afeto nas esferas sociais ainda é vista pelo poder público como uma demanda secundária, posto que muito pouco investimento é designado no sentido de fomentar políticas públicas que possam oferecer uma inclusão eficiente.

O foco deste estudo é mostrar que é possível obter resultados eficazes se trabalharem o fator inclusão da criança com deficiência na área educacional, visto que, são as mais vulneráveis em razão da não-adaptação arquitetônica e pedagógica das escolas como um todo, pois defende-se que a educação deve ser ministrada com a preocupação e a intenção de atender a todos, sem discriminação de qualquer natureza e sem perpetuar as práticas tradicionais de exclusão.

Ademais, sempre que o direito de acesso à escola comum da rede regular é questionado e descumprido, a principal alegação é a dificuldade das escolas para receber esses alunos, especialmente os casos em que a deficiência é mais crítica.

De acordo com Silva et al (2004), temos uma definição clara de quem se tratam as pessoas com necessidades especiais, vejamos:

A CID-10 afirma que “as ‘Deficiências’ – impairments – dizem respeito à perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”; “as ‘Incapacidades’ – disabilities – refletem as conseqüências da deficiência em termos de qualquer restrição ou falta de habilidade para se realizar uma atividade de uma maneira ou dentro da amplitude normal para o ser humano”; e “as ‘Desvantagens’ – handicaps – são aquelas resultantes ou de deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o cumprimento de um papel que é normal para aquele indivíduo”. (SILVA et al, 2004).

A educação é direito constitucional, portanto de todos, sem distinção de características próprias de cada ser. Neste liame, as crianças com necessidades especiais têm todo o direito de receber educação em escolas regulares de ensino de forma gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas básicas. É dever do Distrito Federal, Estados e Municípios oferecer condições que

favoreçam seu desenvolvimento, de modo a desenvolver suas aptidões e sua individualidade, responsabilidade moral e social.

A Constituição Federal de 1988 vem corroborar com esta afirmação no que se refere:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: *I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;* Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: *III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...].*

A Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

A garantia de uma educação eficiente implica, dentre outros aspectos, na adoção de métodos voltados à inclusão no ambiente escolar. Ademais, é necessário, a conscientização de que é preciso trabalhar a aceitação, e aprender a valorizar as diferenças para que se possa construir um vínculo de respeito ao ato de ensino-aprendizagem, fortalecendo a identidade individual e coletiva.

Neste patamar, urge a necessidade do preparo dos profissionais das escolas para encarar os desafios de oferecer as crianças uma educação inclusiva e de qualidade, devido ao fato destes apresentarem características próprias, o que os tornam especiais e únicos, e que constituem ritmos de aprendizado diferentes.

Justifica-se a escolha dessa temática baseado no fato de que todos os indivíduos têm direitos constitucionalmente previstos, sendo todos iguais perante a Carta Magna. Nesse ínterim, cabe ao Município adotar medidas que garantam que nenhum indivíduo fique excluído do convívio social, seja por suas condições físicas, mentais, psicológicas ou fisiológicas.

Cabe ao ente público, promover a inclusão social a todos os que porventura apresentem as condições aqui elencadas e essa inclusão, se inicia no ambiente escolar, já que

depois da família, é a instituição primeira quando se fala na formação do indivíduo para o convívio social.

Então, propiciar que a escola seja amplamente capaz de promover a inclusão dos portadores de necessidades especiais, é um ato que fará a diferença na vida do indivíduo como um todo, sendo de extrema necessidade e imperiosa sua realização por parte da rede de ensino.

## **2 PROBLEMATIZAÇÃO**

- I. Como se dá o fator inclusão no contexto Educacional?
- II. Qual o impacto da inclusão educacional na promoção de uma educação para todos?
- III. As atividades trabalhadas pelos professores são eficazes para inserir a criança portadora de necessidades especiais no convívio escolar?
- IV. Como a sala de recursos multifuncionais implantada na Escola Municipal Iracy José Ferreira de São Gotardo/MG, auxilia positivamente o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades das crianças portadoras de necessidades especiais?

### **3 HIPÓTESES**

Quando se busca tratar de temas relacionados a educação inclusiva, aproxima-se de princípios de direitos humanos bem como efetivação de políticas públicas voltadas para a promoção da dignidade humana. Sob esse aspecto a presente pesquisa tem seu enfoque na educação inclusiva, especificamente na Escola Iracy José Ferreira de São Gotardo/MG onde se busca consolidação de uma educação que seja para todos.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo Geral**

Abordar a educação inclusiva de crianças portadoras de necessidades especiais, mediante entrevista com professores, supervisores e psicopedagoga que atuam na escola municipal Iracy José Ferreira do município de São Gotardo a partir do ano de 2013.

### **4.2 Objetivos Específicos**

- I.** Analisar o Fator inclusão no contexto Educacional.
- II.** Delinear o impacto da inclusão educacional na promoção de uma educação para todos.
- III.** Pesquisar se as atividades trabalhadas pelos professores são eficazes para inserir a criança portadora de necessidades especiais no convívio escolar.
- V.** Verificar se a sala de recursos multifuncionais implantada na Escola Municipal Iracy José Ferreira de São Gotardo/MG, auxilia positivamente o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades das crianças portadoras de necessidades especiais, facilitando assim, o convívio com os outros colegas dentro das salas de aulas regulares.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

O atendimento às necessidades educacionais especiais no interior das escolas exige uma atitude instrutiva e apropriada, no qual alcance transformações gradativas e capazes de obter sucesso. A equipe pedagógica terá que desenvolver sua prática com o compromisso de coordenar os trabalhos de forma a aperfeiçoar as aptidões e as habilidades dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

De acordo com Monteiro e Manzini,

As ações de um indivíduo têm como base uma concepção que foi desenvolvida dentro de um processo histórico, sendo assim, pode-se dizer que o conceito que se tem de algo direciona a prática, ou ainda, determina as atitudes. Portanto, em se tratando da temática inclusão de alunos com deficiência em salas de aulas de ensino regular, as atitudes do professor em relação ao ensino desse aluno estariam diretamente ligadas ao seu conceito de inclusão. (MONTEIRO e MANZINI, 2008, p.37)

Os direitos sociais dos portadores de necessidades especiais foram adquiridos a partir da evolução histórica, para ser mais exato a partir do século XIX quando se passou a ter tendências legais mais humanitárias. Ressaltando que essa variação ocorre de acordo com a evolução histórica de cada país, podendo ser bem evoluídos ou bastante defasados o que indica que a tentativa de melhorias por parte do Estado e da Sociedade por sua eficácia deva ser constante.

Quando se fala em inclusão social tem se por embasamento que a vigência dos direitos direcionados das pessoas com deficiência está ligada fundamentalmente à validade dos direitos humanos fundamentais.

Como princípio, a Estrutura de Ação em Educação Especial, adotada pela conferência Mundial em Educação Especial, tem-se que:

[...] o dever das escolas acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo

"necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (BRASIL, 1994).

Quando se fala em inclusão na escola em questão de mundo nos deparamos ainda com a Declaração de Salamanca, sendo esse, “Um documento elaborado em 1994 pelos delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994”. (UNESCO, 1994, p.6).

Portanto, a Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social. Esta defende que,

“O atendimento às necessidades educacionais especiais no interior das escolas exige uma atitude instrutiva e apropriada, no qual alcance transformações gradativas e capazes de obter sucesso. A equipe pedagógica terá que desenvolver sua prática com o compromisso de coordenar os trabalhos de forma a aperfeiçoar as aptidões e as habilidades dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, ou seja, "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem".

A partir deste momento, o documento mencionado acima, passou a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais.

De acordo com Silva,

O princípio da dignidade humana, na concepção atual, designa uma referência constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais. Seu conceito obriga a



uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo-constitucional e não uma qualquer ideia do ser humano, não podendo reduzir-se o sentido da dignidade humana à defesa dos direitos pessoais tradicionais, esquecendo-a nos casos de direitos sociais, ou invocá-la para construir “teoria do núcleo da personalidade” individual, ignorando-a quando se trate de garantir as bases da existência humana. (SILVA, 2012, p.3)

Observa-se ainda o parágrafo 7º da Declaração dos Direitos do Deficiente Mental,

Sempre que pessoas mentalmente retardadas forem incapazes devido à gravidade de sua deficiência de exercer todos os seus direitos de um modo significativo ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou denegação de direitos deve conter salvaguardas legais adequadas contra qualquer forma de abuso. Este procedimento deve ser baseado em avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada, por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódica e ao direito de apelo a autoridades superiores; (ONU, 1975)

Pode-se perceber que a inclusão social das pessoas com deficiência depende do seu reconhecimento como pessoas, que apresentam necessidades especiais geradoras de direitos específicos, cuja proteção e exercício dependem do cumprimento dos direitos humanos fundamentais.

No 1º artigo da nossa Constituição são citados dois dos fundamentos que asseguram os direitos de todos os brasileiros, abrangendo e claro, as pessoas portadoras de deficiência: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, assim como, nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, elencados no artigo 3º da CF/88, *in verbis*:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

## 6 METODOLOGIA

A cidade de São Gotardo se localiza no interior do Estado de Minas Gerais, situada a sudeste na região do Alto Paranaíba, e, possui como principal fonte de renda a atividade agrícola. A população do município é de 35.016 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE do ano de 2017.

O Município de São Gotardo/MG em relação ao quesito “escolas públicas, estaduais, creches, particulares e instituições”, possui em sua totalidade 09 (nove) escolas municipais abrangendo as comunidades e distrito, 04 (quatro) creches municipais, 07 (sete) escolas estaduais, 03 (três) creches filantrópicas, 05 (cinco) escolas particulares e 06 (seis) instituições, conforme demonstra o quadro abaixo:

<b>ESCOLAS MUNICIPAIS</b>	<b>CRECHES MUNICIPAIS</b>	<b>ESCOLAS ESTADUAIS</b>
E. M. PROFESSOR BALENA	CMEI ANA M.MENDES ORDONES	E.E. CONSELHEIRO AFONSO PENA
E. M. IRACY JOSÉ FERREIRA	CMEI DIORGINA Mª DE OLIVEIRA	E.E. CEL OSCAR PRADOS
E. M. D. LOURDES LADEIRA	CMEI PRIMEIROS PASSOS	E.E. SÃO PIO X
E. M. SONHO MEU	CMEI JEITO DE CRIANÇA	E.E. JOSÉ CAETANO RIBEIRO
E. M. PROF. JOSÉ ANT. SANTOS		E.E. HERMENEGILDO LADEIRA
E. M. CECÍLIA MEIRELES	<b>CRECHES FILNATRÓPICAS</b>	E.E. PADRE SINFONIO BAHIA
E. M. JULIETA MARIA DA SILVA	CRECHE MENINO JESUS	CESEC-E.E Mª COELI FRANCO
E. M. ALTINO FERREIRA	CRECHE JOSA RIBEIRO	
E.M.VIRGÍLIO COUTO	CRECHE FIA CEZÁRIO	
<b>ESCOLAS PARTICULARES</b>	<b>INSTITUIÇÕES</b>	
ESCOLA COMECINHO DE VIDA	PROMAM	
COLÉGIO DIMENSAO	APAE	
COLEGIO EQUIPE SG	MICROLINS	
ALEGRIA DO SABER	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO	
CENTRO EDUCAC. PEQUENO APRENDIZ	UNINTER (MODALIDADE EAD)	
	UNIUBE (MODALIDADE EAD E SEMI PRESENCIAL)	

Quadro 1 – Lista de nomes de escolas, creches e instituições do Município de São Gotardo. (Fonte: Dados retirados de arquivos da Secretaria Mun. Educação, Cultura e Lazer)

A necessidade em aprofundar no tema que envolve o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais se deu por conhecer a realidade do município de pequeno porte, que contam com diversos casos; e a necessidade de incluí-los no contexto da escola.

A Escola Municipal Iracy José Ferreira, objeto de estudo, foi construída com o intuito de suprir a necessidade da população local que se encontrava em notável crescimento, Sua inauguração ocorreu em 2003, porém sua criação oficial se deu no ano de 2005, através do Decreto Municipal de n. 358. O terreno para sua construção foi cedido pela Sociedade São Vicente de Paula, o qual em contrapartida, sugeriu que a escola levasse o nome de Iracy José Ferreira, que foi um importante membro da Sociedade, na qual ocupou cargo de presidente durante vários anos.

A escola atende em dois turnos os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental de 09 (nove) anos, num total de 19 (dezenove) turmas, além de uma sala de atendimento Educacional Especializado, que acolhe alunos que apresentam quaisquer tipos de dificuldades de aprendizado, tanto aqueles da própria escola como os provenientes de outros centros de ensino.

As despesas da escola são supridas pelo poder público municipal, bem como, por verbas de manutenção repassadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através de convênios que objetivam subsidiar as necessidades básicas como, aquisição de materiais escolares, pedagógicos, didáticos, audiovisuais, dentre outros.

A escolha desta instituição se deve ao atendimento de alunos com necessidades educativas especiais como perda de visão e cegueira, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência de aprendizado e autismo. A avaliação de serviços e programas educacionais é uma tarefa árdua, pois são de natureza complexa, envolvendo várias vertentes e perspectivas. Neste projeto foram utilizados os seguintes procedimentos: observação in loco, aplicação de questionários (Anexo A), além de levantamento bibliográfico e utilização de iconografia.

A iconografia pode ser explicitada nas palavras de Flávio Gonçalves (1990) apud Simões (2006, p. 1):

A iconografia foi criada nos finais do século XVII e registrada pela primeira vez no Dictionnaire de Feretiére no ano de 1701. O termo deriva do grego eikôn (imagem) + grafia (escrita ou descrição), ou seja: é o estudo e descrição de imagens,

representações figuradas, ícones, símbolos, motivos ilustradores de um determinado tema, estando assim bastante ligada ao simbolismo e às alegorias. Isto levando a etimologia à letra. Contudo é também utilizada para denominar coleções de imagens, retratos, gravuras, etc., ilustradoras de um certo assunto.

Dessa forma, o trabalho apresenta uma seção onde constam fotografias para retratar de forma tangível a aplicação de recursos diferenciados de forma a norteá-los no processo de ensino-aprendizagem, bem como, de socialização com os outros alunos.

Busca-se com essa pesquisa de cunho qualitativo realizada entre os meses de março a julho do ano corrente, a análise de artigos de revistas especializadas, livros, periódicos, teses, dissertações, monografias, e demais fontes, de modo a confrontar autores sobre a questão da educação inclusiva, tendo como objeto de estudo a rede municipal de ensino do Município de São Gotardo/MG no que se refere ao Atendimento Educacional Especial (AEE), onde será realizada verificação da eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como estes trazem mudanças e são eficazes ao público que se destinam.

Zanella (2009), define a pesquisa qualitativa como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, que tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade, com resultados expressos na forma de transcrição de entrevistas, narrativas, declarações, fotografias, desenhos, documentos, diários pessoais.

Dessa forma delineou-se uma apuração das ações que são promovidas na Escola supracitada, analisando-as à luz de legislações, dos servidores envolvidos e de autores que trata da temática educação, inclusão e desenvolvimento social desse público-alvo, no sentido de potencializar a inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede escolar de um modo mais eficiente, eficaz e capaz de torná-los aptos a conviver em sociedade sem que sob eles pese nenhum tipo de preconceito ou exclusão.

Elaborou-se questionários direcionados a diversos profissionais, que compõe a estrutura da educação municipal, como Diretora e Supervisora Escolar, onde se buscou compreender como se dá o processo de inclusão num contexto escolar, também entrevistou-se professoras de salas regulares de ensino onde se buscou entender como funciona a inclusão em espaço comum de aprendizado.

Por fim entrevistou-se a equipe que trabalha diretamente com educação especial nas escolas, sendo essas a professora da sala multifuncional de Atendimento Educacional

Especializado e também a psicopedagoga da escola municipal, onde se aprofundou na temática educação inclusiva e sua forma de trabalho. Ressalta-se que, ambos os questionários tiveram sua aplicação no mês de Junho/18.

Nesse sentido, o presente estudo traçará de maneira breve, as ações direcionadas à inclusão social de crianças portadores de necessidades especiais no ambiente escolar nos seus anos iniciais, incentivando-os no convívio social completo. Dessa forma, à escola coube se apropriar de projeto de intervenção para adoção de práticas pedagógicas inseridas nas salas de recursos multifuncionais. Para complementar será feito o levantamento através de números das crianças que necessitam de atendimento especial e que continuam frequentando regularmente a Escola Municipal Iracy José Ferreira no município de São Gotardo/MG no respectivo ano.

Diante do exposto, percebeu-se um conjunto de ações que visam trabalhar o fator inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e a realidade das ações inclusivas adotadas, sendo constatado que, para atender as crianças, são feitos planos individuais para cada aluno especial nas salas multifuncionais e planos de desenvolvimento individuais para os mesmos nas salas regulares de ensino, ou seja, são realizadas adaptações que facilitam o trato com as necessidades peculiares de cada.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), é tido como um conjunto de atividades e recursos pedagógicos trabalhados de forma organizada e continuada para atender de forma exclusiva aos alunos com algum tipo de necessidade especial no contraturno escolar.

O público alvo de atendimento do “AEE” são estudantes com impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas; com transtornos globais do desenvolvimento, os quais acarretam em alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometendo as relações sociais, como o transtorno do espectro do autismo (TEA) e o transtorno desintegrativo da infância (Síndrome de Heller/degeneração do cérebro); com superdotação – elevado potencial no que se refere a habilidade de envolvimento com áreas do conhecimento humano, combinadas ou isoladas, como liderança, artes, psicomotora, criatividade, entre outras.

Antes de prosseguirmos com os resultados, convém verificarmos os conceitos de entrevista e de entrevista não estruturada.

Richardson (1999), define-a como:

[...] a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas [...] que visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes do determinado problema: suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversa guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa.

Os autores (Laville e Dione, 1999:188-190), vem então apresentar o conceito de entrevista não-estruturada como, “aquela em que é deixado ao entrevistado decidir-se pela forma de construir a resposta”.

Diante da riqueza da concepção dos autores citados acima, prosseguir-se-á aos dados coletados.

O foco deste trabalho foi o de conhecer mais sobre a abordagem da educação inclusiva numa escola de rede regular de ensino e as metodologias adotadas pela equipe escolar, por isto, os conceitos ao longo deste, tornam-se essenciais e necessários para entender o que é a educação especial e como se dá a sua interação no contexto escolar, delineando assim, o perfil da política inclusiva. Para um levantamento mais preciso, foi aplicado um questionário com perguntas abertas, onde os servidores que atuam na escola, sem identificar-se nos relataram o seu conhecimento acerca do assunto, contribuindo para o desenrolar desta pesquisa.

Dos 35 (trinta e cinco) professores que atuam na escola nos dois turnos, somente 03 (três) responderam ao questionário, ambos do sexo feminino. Responderam ainda ao questionário, a diretora e a supervisora escolar. Todas as professoras entrevistadas possuem licenciatura em Pedagogia; 01 (uma) destas possui especialização em Psicopedagogia e em Educação Inclusiva; 01 (uma) é especialista somente em Educação Inclusiva e a outra não declarou a respeito do assunto. O fato de poucos docentes terem se disponibilizado para responder as questões, não prejudicou em nada no resultados, visto que, somente as três entrevistadas lidam diretamente com estes alunos especiais. Como não irão ser identificados os nomes dos envolvidos participantes desta pesquisa, denominar-se por: P<sup>1</sup>; P<sup>2</sup>; P<sup>3</sup>; Diretora e Supervisora. Seguem abaixo na íntegra, tabelas com transcrições das perguntas realizadas e das respostas obtidas:

<b>QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES SALAS REGULARES DE ENSINO</b>		
	<b>RESPOSTAS P1:</b>	<b>RESPOSTAS P2:</b>
<b>1- O que você entende sobre a inclusão escolar?</b>	Incluir toda e qualquer diferença no contexto escolar, atendendo as irregularidades de forma a educar cidadãos de forma integral.	Inclusão escolar é incluir aquele aluno que apresenta alguma deficiência em uma sala com alunos regulares.
<b>2 - Quais barreiras encontradas no trato com estas crianças no que se refere a repassar o conhecimento dentro de sala de aula?</b>	As barreiras que impedem a transmissão de conhecimento são: número de alunos por turma, falta de monitoria, atendimento especializado para todos os casos (psicologia, AEE, fisioterapeuta, fono...), falta de apoio familiar.	São vários obstáculos enfrentados, tendo em vista um currículo pedagógico a ser seguido. Para as crianças especiais são feitas atividades adaptadas de acordo com seu ritmo.
<b>3 - Você acredita que o projeto pedagógico aplicado dentro das salas multifuncionais de ensino do AEE é eficaz para a inclusão destas crianças no ambiente escolar?</b>	O atendimento do AEE é um auxílio, mas é apenas uma parte da inclusão.	Sim, auxilia muito no processo ensino-aprendizagem. Lá na sala de aula tem todos os materiais adequados a cada deficiência apresentada. Os avanços são vistos nitidamente.
<b>4 - Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre educação inclusiva e/ou fazer alguns cursos voltados para a área?</b>	No curso de Pedagogia, tivemos aulas sobre educação inclusiva. Minha monografia foi sobre o tema e fiz pós graduação nesta área também.	Eu, particularmente, fiz uma pós graduação em psicopedagogia e educação inclusiva. Faço também capacitações que o Município oferece. Mas confesso que a verdadeira aprendizagem é na prática, é na busca de planejamentos diferenciados para cada aluno que apresenta algum tipo de deficiência.

Nota – Tabela 1



<b>QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR SALAS MULTIFUNCIONAIS DE ENSINO</b>	
<b>1 - O que você entende sobre a inclusão escolar?</b>	<b>RESPOSTAS P3:</b> A inclusão escolar é o acesso igualitário das pessoas com deficiência ao sistema de ensino regular.
<b>2- Quais são as necessidades especiais encontradas nesses alunos? Poderia descrever algumas?</b>	Deficiente visual: Braille, Soroban, orientação e mobilidade, uso de tecnologias específicas, deficiente auditivo: Libras.
<b>3 - Quais barreiras encontradas no trato com estas crianças no que se refere a repassar o conhecimento?</b>	Interesse em se preparar para atender o aluno deficiente, e acessibilidade.
<b>4 - Você acredita que o projeto pedagógico aplicado dentro das salas multifuncionais de ensino do AEE é eficaz para o inserimento destas crianças no ambiente escolar e no convívio como um todo em sociedade?</b>	Sim, quando há participação e parceria da família, os resultados são notáveis.

Nota – Tabela 2

<b>QUESTIONÁRIO APLICADO AO SUPERVISOR</b>	
	<b>RESPOSTAS:</b>
<b>1 - O que você entende sobre a inclusão escolar?</b>	A educação inclusiva pode ser entendida como a igualdade de oportunidades, garantindo o objetivo de direito à educação para todos.
<b>2- Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre educação inclusiva?</b>	Sim, mas tive um conhecimento mais aprofundado agora como supervisora, uma vez que, estamos tendo a oportunidade de participar de cursos sobre inclusão.
<b>3 - Você já trabalhou com algum criança com necessidade educacional especial? Qual tipo de deficiência ou condição?</b>	Enquanto professora, há alguns anos atrás, não tinha esse trabalho, mas tinha aluno com deficiência intelectual.
<b>4 - O que a escola pode oferecer para ter uma educação de qualidade para todos os alunos?</b>	Fazemos as adaptações necessárias, pois acreditamos que assim conseguiremos o desenvolvimento socioemocional e psicológico das crianças com necessidades especiais.
<b>5 - Quais as barreiras enfrentadas além da profissional no trato com estas crianças?</b>	Cada aluno é único, portanto, a escola precisa traçar metas, preparar suas aulas para atingir o modo de como cada aluno aprende melhor. A escola inteira precisa adotar atitudes inclusivas, passando por capacitações sobre educação inclusiva.
<b>6 - Na escola há quantos casos trabalhados?</b>	Nós temos 06 (seis) casos.
<b>7 - Há algum profissional especializado?</b>	Sim, duas professoras e a especialista em educação especial (.....).

Nota – Tabela 3

<b>QUESTIONÁRIO APLICADO AO DIRETOR</b>	
	<b>RESPOSTAS:</b>
<b>1 - O que você entende sobre a inclusão escolar?</b>	Eu entendo que a inclusão escolar é acolher todas as crianças com deficiência física e mental, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas.
<b>2- Há professores especializados nessa área?</b>	Na escola há duas professoras especializadas nesta área.
<b>3 - Você acha que os professores estão dando conta disso?</b>	As professoras conseguem conciliar as atividades diárias na medida do possível.
<b>4 - Você acha que acaba ocorrendo uma exclusão no lugar da inclusão?</b>	Exclusão existe na mente daquelas pessoas que não tem conhecimento do trabalho realizado pelas professoras do AEE juntamente com as professoras regentes.
<b>5 - Quais são essas barreiras você acha que são encontradas pelos professores para atender essas crianças?</b>	Às vezes a maior dificuldade é a aceitação da família e adaptação das atividades para se obter um resultado positivo.
<b>6 - Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre a educação inclusiva?</b>	Na minha formação acadêmica houve várias oportunidades de aprender sobre a educação inclusiva. No entanto, a Secretaria de Educação Municipal se empenha todos os anos em ministrar palestras e cursos que visam a importância da Educação Inclusiva no sistema básico de educação e este é aberto à todas as pessoas que se interessam em aprender mais sobre o tema: Educação Inclusiva.
<b>7 - O que as escolas podem oferecer para que haja uma educação de qualidade para todos os alunos indistintamente?</b>	Para que haja uma educação de qualidade para todos os alunos indistintamente é necessário que a escola proporcione um ambiente amistoso e acolhedor para os alunos. Para esta instituição tomar-se acolhedora, seus aspectos organizacionais e educacionais precisam ser revistos, melhorados ou mesmo extintos, de modo que se consigam as reformulações necessárias. Outro ponto importante para essas transformações é o reconhecimento da ampla diversidade de ritmos de desenvolvimento e de interesses das crianças do Ensino Fundamental, fato que implica ajustes e flexibilidade do processo educativo.

Nota – Tabela 4

A questão de número 1 aplicada às professoras das salas regulares de ensino se referiam aos seus entendimentos do que viria a ser inclusão escolar, e uma destas respondeu com exatidão, conforme relato abaixo da P<sup>1</sup>:

“Incluir toda e qualquer diferença no contexto escolar, atendendo as singularidades de forma a educar cidadãos de forma integral”.

Diante da resposta acima, verifica-se que, o conceito apresentado pela docente retrata fielmente como devem ser traçados as metas para atender a estes menores que carecem de necessidade especial, ou seja, precisa-se de elaboração de planos de trabalhos individualizados de acordo com as necessidades apresentadas.

A 2ª questão foi estendida aos professores, diretora e supervisora da escola, em se tratar de apresentar quais eram as barreiras apresentadas no que tange ao aprendizado destas crianças, e a resposta apresentada pela diretora chocou-me ao afirmar que “às vezes a maior dificuldade é a aceitação da família e adaptação das atividades para se obter um resultado positivo”.

Levando em consideração a fala anterior referente a aceitação e participação da família, Stainback (1999) reforça:

Apenas com o estabelecimento de uma boa relação entre escola e família é que as propostas educacionais relativas à formação de cidadãos nos dias de hoje poderá acontecer. Para que a inclusão seja bem sucedida, as diferenças dos alunos devem ser reconhecidas como um recurso positivo. As diferenças entre os alunos devem ser reconhecidas e capitalizadas para fornecer oportunidades de aprendizagem para todos os alunos da classe consequentemente a educação inclusiva torna-se um meio privilegiado para alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes 28 devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelece-la. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído.

Outrora, vale expor as declarações da Supervisora, da P<sup>2</sup> e da P<sup>3</sup> sobre as dificuldades encontradas, conforme escritas a seguir respectivamente:

“Cada aluno é único, portanto, a escola precisa traçar metas, preparar suas aulas para atingir o modo como cada aluno aprende melhor. A escola inteira precisa adotar atitudes inclusivas, passando por capacitações sobre educação inclusiva”.

“São vários os obstáculos enfrentados, tendo em vista um currículo pedagógico a ser seguido. Para as crianças especiais são feitas atividades adaptadas de acordo com o seu ritmo”.

“Interesse em se preparar para atender o aluno deficiente; e acessibilidade”.

Pereira (2009), brilhantemente relata que:

Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas idéias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

É imprescindível que haja uma adoção de medidas conjuntas entre escola, alunos e família para que a soma destas ações possam ocasionar no desenvolvimento de suas habilidades e competências, os tornando ativos dentro e fora das salas de aulas.

Já o questionamento de número 3º aplicado as professoras referia-se na crença do projeto metodológico aplicado dentro das salas multifuncionais ou nos espaços adequados a cada particularidade, para que houvesse um engajamento destes menores no seio escolar e na vida em comunidade, e novamente obteve-se como resultado que os métodos abordados auxiliam muito no processo de ensino-aprendizagem, porém, ressaltavam que, era necessário a parceria e a participação das famílias, para que os efeitos fossem notados mais rápidos.

Os relatos da diretora e da supervisora, acerca do que acreditam que a escola pode oferecer para ministrar uma educação de qualidade para todos, mencionaram que:

“Para que haja uma educação de qualidade para todos os alunos indistintamente é necessário que a escola proporcione um ambiente amistoso e acolhedor para os alunos. Para esta instituição tornar-se acolhedora, seus aspectos organizacionais e educacionais precisam ser revistos, melhorados ou mesmo extintos, de modo que se consigam as reformulações necessárias. Outro ponto importante para essas transformações é o reconhecimento da ampla diversidade de ritmos de desenvolvimento e de interesses das crianças do Ensino Fundamental, fato que implica ajustes e flexibilidade do processo educativo”.

“São feitas as adaptações necessárias, por acreditarem que assim conseguiram atingir o desenvolvimento socioemocional e psicológico das crianças com necessidades especiais”.

Diante do exposto acima, podemos verificar que, precisam ser seguidos vários requisitos para se alcançar a finalidade proposta deste estudo que nada mais é que, inserir as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais no ensino regular, quais sejam, adequar os espaços físicos da escola para que haja acessibilidade; ministrar cursos e palestras voltados a esta área da inclusão social aos professores, aos pais/familiares, para que possam trabalhar conjuntamente para melhorar o atendimento e conseqüente o aprendizado.

## **7.1 INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO**

O município de São Gotardo/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, atende desde o ano de 2010, ao Projeto Incluir-Escola para Todos, o qual é em prol da Educação Inclusiva.

A partir do respectivo ano, as escolas municipais Iracy José Ferreira e Dona Lourdes Ladeira começaram a fazer adaptações de forma a atender a este projeto. Para isto, contam com salas de recursos multifuncionais, que visam atender crianças com necessidades especiais. Salienta-se ainda que, a partir do mês de agosto de 2011, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) também tem se ampliado a rede estadual de Ensino. As salas de recursos são equipadas com os mais diversos jogos e desenvolvem um trabalho acerca da ludicidade (ludoterapia), do planejamento pedagógico com estratégias, recursos e ações diferenciadas.

No respectivo ano, a Escola supracitada, atendem a 06 (seis) menores portadores de necessidades especiais, ou seja, trabalham para melhorar as capacidades destes de acordo com suas particularidades.

Diante do relatado acima, o Município acredita que, o movimento pela inclusão social está firmemente direcionada a uma nova construção da sociedade, onde todos possam buscar respeitar as diversidades e almejar pelo reconhecimento político das diferenças, sejam elas quais forem.

## **7.2 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E REQUISITOS PARA ADESÃO**

A redação contida nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica define com clareza o conceito, e o que vem a ser a oferta deste serviço de inclusão especial em sua totalidade:

Salas de Recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...]. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. [...]. (BRASIL, 2001, p.50).

O programa intitulado Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o intuito de prestar apoio as instituições de ensino que queiram ofertar o atendimento educacional especializado (AEE).

O programa tem como diretrizes apoiar as instituições de redes públicas de ensino, munindo-as com equipamentos e materiais pedagógicos diversos, como microcomputadores, teclados colmeia, máquina braile, máquina soroban para ensino de cálculos matemáticos, tapetes quebra cabeças, dominós, mesas, cadeiras, etc., as quais são utilizadas para atender a todos os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência, superdotação ou altas habilidades, que precisam de complementação ou suplementação escolar e encontram-se com matrícula no ensino regular.

Porém para que haja a implantação deste programa, a Secretaria Municipal de Educação precisa apresentar um Termo onde constam informações acerca da demanda de casos com base no diagnóstico local em que o Município se encontra, provando da necessidade do Plano de Ações Articuladas – PAR, e nesta oportunidade faz a indicação de escolas a serem contempladas através do Sistema de Gestão Tecnológica – SIGETEC.

A Secretaria de Educação, após aprovação e adesão ao programa, adequa então seus espaços físicos das escolas que foram agraciadas de modo que estas tenham maior acessibilidade e mobilidade para atender a este público, além de, assegurar que haja a oferta

de atendimento educacional especializado nas classes comuns de acordo com os projetos pedagógicos das escolas.

Salienta-se que a adesão ao Programa é facultado à concordância aos termos da Portaria MEC, nº 13/2007 e da Portaria SECADI, nº 25/2012, devendo ser firmada por meio do Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação – SIGETEC, de forma eletrônica.

As barreiras existentes até então vistas por muitos acabam por se desfazer, pois o acesso aos serviços e aos recursos pedagógicos se tornam reais e passíveis de serem realizados, e a tão sonhada promoção à aprendizagem e participação destas crianças, começa a tomar um rumo melhor no que tange ao desenvolvimento inclusivo da escola.

No que concerne as palavras escritas por Denari (2008):

O êxito da inclusão escolar "requer esforços que necessariamente demandam olhares diversos, questionamento a certos paradigmas relacionados à maneira de conceber a deficiência e entender os processos de ensino e aprendizagem". Entender o processo de ensino e aprendizagem demanda conhecimento das teorias que tratam sobre o assunto e experiência com os sujeitos do processo”.

A educação inclusiva é um direito assegurado pela Carta Magna, precisa ser posto em prática e trabalhar os métodos que dever-se-ão ser adotados com responsabilidade, tendo que ser efetivado e garantido pelas redes de ensino aos estudantes, respeitando assim todas as diferenças, independentemente de qual tipo seja.

### **7.3 ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

O atendimento nas salas de recursos multifuncionais (SRMF) é efetivado por meio de serviços de estimulação precoce, e é voltado para a criação de condições mais favoráveis para lidar com as diferenças que o menor possui no que se refere ao processo de aprendizagem e de desenvolvimento em conformidade com o ambiente em que se vive e se relaciona.

Nestes espaços são trabalhadas as capacidades de cada aluno, de acordo com sua necessidade, de modo a fazê-los desenvolver sua mobilidade, seu intelecto, sua capacidade de percepção, entre outras.

O quadro e as fotografias abaixo demonstram diversas atividades que são desenvolvidas nesses espaços, conforme nota-se abaixo.



<b>Alunos com Deficiência Intelectual</b>	<b>Alunos com Deficiência Auditiva</b>	<b>Alunos com Deficiência Física</b>	<b>Alunos com Cegueira</b>	<b>Alunos com Baixa Visão</b>
<p>Com o uso de materiais –</p> <p>Promover atividades em que o aluno seja sujeito ativo do conhecimento e que resgate a autonomia;</p> <p>- Possibilitar o desenvolvimento da criatividade.</p>	<p>- Ensinar Libras;</p> <p>- Coordenar Oficinas de Libras;</p> <p>- Promover o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita;</p> <p>- Encaminhar para os serviços de fonoaudiologia os que optarem pela oralização;</p> <p>- Estabelecer parceria com o CAS;</p> <p>- Adequar materiais didático-pedagógicos que promovam experiências visuais de ensino.</p>	<p>- Adequar materiais didático-pedagógicos;</p> <p>- Adequar recursos de informática;</p> <p>- Adequar mobiliário;</p> <p>- Providenciar recursos de auxílio da AVD e recursos de mobilidade;</p> <p>- Desenvolver projetos em parceria com profissionais da arquitetura, terapia ocupacional, fonoaudiologia, engenharia, e outros.</p>	<p>- Ensinar o Sistema Braille;</p> <p>- Realizar atividades de Orientação e Mobilidade;</p> <p>- Ensinar Atividades de Vida Diária;</p> <p>- Transcrever materiais do Braille para tinta e vice-versa.</p> <p>- Fazer adequação de materiais didático-pedagógico em parceria com o CAP( Centro de Atendimento Pedagógico para Deficientes Visuais.</p>	<p>- Ensinar a usar os recursos ópticos e não ópticos;</p> <p>- Estimular o resíduo visual com o uso de materiais que tenham cores fortes e contrastantes;</p> <p>- Ampliação de fontes;</p> <p>- Produção de materiais com contraste visual;</p> <p>- Produção de materiais didático-pedagógicos adequados ao tipo de visão.</p>

Quadro 2 – Lista de atividades desenvolvidas na sala multifuncional



Imagem 1 – Professora com alunos dentro da sala de recursos multifuncional.



Imagem 2: Crianças especiais dentro da sala de recursos multifuncionais.

**Notas** – O Quadro com a lista de atividades desenvolvidas nas salas de recursos e as Iconografias foram retiradas do Blog “Projeto Incluir - AEE - São Gotardo- MG”. Disponível em: .

## **7.4 POPULAÇÃO DA PESQUISA**

A população da pesquisa foi definida como uma pesquisa qualitativa, devido ao interesse em conhecer as opiniões, e por isso, foi utilizado o método amostragem. A instituição em que foram aplicados os questionários foi a Escola Municipal Iracy José Ferreira que funciona no período matutino e vespertino, e que atende alunos portadores de necessidades especiais desde o ano de 2010, ou seja, esta, aborda a inclusão escolar.

A população entrevistada foi composta por 06 profissionais, sendo eles, 02 (dois) professores da sala regular de ensino; 01 (uma) professora da sala de recursos multifuncionais; a diretora; a supervisora; e a psicopedagoga, que atuam nesta escola do 1º ao 5º ano, no propósito de conhecer como funciona a política de inclusão no ambiente escolar.

## **7.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Os instrumentos de coleta de dados também ficou a cargo de dados coletados através de um questionário em forma de entrevista voltado aos profissionais com perguntas abertas, com a finalidade de conhecer as suas opiniões a respeito da política inclusiva, a didática apresentada dentro das salas regulares e salas de recursos multifuncionais, a formação escolar dos envolvidos, bem como, se estes faziam cursos de especialização ou aperfeiçoamento voltados para esta área.

No quadro de entrevistados todos possuem licenciatura em pedagogia, especialização em distintas áreas do conhecimento, como, atendimento educacional especializado, letramento e alfabetização, psicopedagogia entre outras. Ademais, há uma especialista na área de Inclusão Escolar, a qual atende estes menores após avaliar seus laudos médicos, duas vezes por semana. O Atendimento especializado se dá ou dentro das salas de recursos multifuncionais, ou mesmo, em, quadras escolares dependendo da necessidade especial.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É extremamente importante termos em mente que, a educação inclusiva não se constitui meramente por leis, decretos ou diretrizes. A inclusão é um trabalho que deve ser desenvolvido com amor e comprometimento, isto é, deve ser feito independentemente de quaisquer características apresentadas por seus alunos, ou seja, deve haver uma articulação de interesses, objetivos e metas afim de alcançar a tão almejada escola para todos. O Atendimento Educacional Especializado requer ações voltadas à discussão e mobilidade de toda a coletividade (sociedade, escolar, familiar, entre outras).

Segundo, Aguiar e Duarte (2005) apud Aranha, 2000; Beraldo, 1999; Bueno; Resa, 1995, Cardoso, 1992; Damião, 2000; Jannuzzi, 1993; Lüscher, 1999; Machado, Sousa, Sayão, 1997; Mantoan 1989, 1997, 1998, 2003; Martins, 1996; Mazzota, 1993, 1994; Mendes, 1999, 2000; Mrech, 1999; Santos, 1992; Sasaki, 1999; Stainback; Stainback , 1999, pode-se mesmo dizer que:

[...] há múltiplos aspectos a serem considerados para a implementação de uma escola inclusiva. Dentre esses estão o oferecimento de cursos de reciclagem para capacitação de docentes; a importância da existência de um corpo técnico especializado (composto por psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo); o apoio da família do aluno com necessidades especiais; o número de alunos na classe; a eliminação de barreiras arquitetônicas; a revisão pela sociedade civil da concepção sobre a pessoa com necessidades especiais; o apoio da sociedade política; a destinação de verbas; a adequação de currículos, metodologias de ensino, recursos didáticos e materiais e sistemas de avaliação.

Portanto, a ideia de inclusão fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. [ARANHA (2001), citado por HELENA AP.SILVA (2010)].

Baseado na citação acima, podemos perceber que, podemos sim, prestar um atendimento voltado a Educação para todos, desde que, trabalhemos uma pedagógica diferenciada, em que possamos atender a todas as crianças independente de suas necessidades

educacionais especiais, principalmente em seus anos iniciais, a qual acredita-se serem essenciais para sua formação e aprendizado.

Para um levantamento mais criterioso e verdadeiro foi elaborado um questionário com perguntas abertas, onde os servidores que atuam na escola, sem identificar-se nos forneceram informações valiosas para o desenrolar desta pesquisa. A motivação é saber que em meio a tantos obstáculos, ainda é nítida a perseverança por parte dos entrevistados de que é possível sim, encontrar e buscar soluções para atender a todos de maneira democrata, a partir do momento em que conhecem as limitações referente aos problemas no sistema de ensino, principalmente no que se refere a inclusão escolar.

Nessa perspectiva PADILHA (2011, p.319) apud FERREIRA (2017), manifesta sobre os caminhos da inclusão:

Não cairá do céu, como um maná dos deuses; não virá apenas da legislação; não se imporá como norma a ser cumprida pelas escolas e pelos professores. Virá da luta popular, virá da luta dos educadores por melhor formação nas universidades; virá da luta política por condições dignas de trabalho dos professores [...]

A inclusão se fortalecerá quando houver mais entrosamento e cooperação entre todos os atores (sociedade, professores, servidores, famílias, governo, etc). É preciso ter esta conscientização para que possamos ter uma inclusão positiva para todos.

Por fim percebe-se que a inclusão é a soma de todo um processo que busca ampliar as relações sociais, aproximando inúmeras pessoas, formando uma corrente para construir uma sociedade que possa oferecer oportunidades a todos e possibilidades inovadoras para o inserimento destes pequenos jovens quando adultos no mercado de trabalho, respeitando as suas diferenças sejam quais forem.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física**. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 11, n. 2, p. 223-240, ago. 2005 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382005000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 18 jul. 2018.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução 02/2001. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília : MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto nº 3298/99**. *Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=2419](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=2419)>9&janela=1> Acesso em: 14 março de 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

DELLANI, Marcos Paulo. MORAES, Deisy Nara Machado. **INCLUSÃO: CAMINHOS, ENCONTROS E DESCOBERTAS**. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU, Vol. 7–Nº 15, Janeiro/Junho 2012- Semestral ISSN: 1809-6220.

DENARI, F.E Educação especial e inclusão escolar: das dimensões teóricas às ações práticas. Revista@ambienteeducação. São Paulo, v.1, n.2, p.31-39, 2008.

FERREIRA, Adriana da Silva. **Inclusão escolar de alunos com deficiência na perspectiva de estagiários e professores.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Juscele, Mara; Oliveira, Naiara; Cather, Renata; Borges, Vamira. **Atendimentos nas salas de recursos.** Disponível em: . Acesso em 09 jul. 2018.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 303 p.: il,.fig., tab.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. **A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise.** Revista de Administração Pública Rio de Janeiro v.39, n.4 (jul./ago. 2005), p. 823-847.

MICHELS, M. H. **A formação de professores de educação especial na UFSC (1998-2001): Ambiguidades estruturais e a reiteração do modelo médico-psicológico.** 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação: história, política, sociedade, São Paulo, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Declaração de Salamanca e Linha De Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, Corde, 1997.

MONTEIRO, Ana Paula Húngaro. MANZINI, Eduardo José. **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe.** Rev. bras. educ. espec. vol.14, n.1, 2008.

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.** Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)> Acesso em: 14 março 2018.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Educação inclusiva: já se falou muito sobre ela?**. Educ. Foco, Juiz de Fora, Edição Especial, p. 313-332 fev. 2015.

PEREIRA, M.M, **Inclusão escolar: um desafio entre o ideal e o real**. Disponível em: <http://www.profala.com/arteucesp53.htm>. Acesso em 18 Jul. 2018.

REIS, Kelly Souza dos. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: uma análise das falas de educadores**. Disponível em: . Acesso em 18 jul. 2018.

SILVA, Luzia Gomes da. **Portadores de deficiência, igualdade e inclusão social**. Princípio: a Dignidade da Pessoa Humana. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11413](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11413). Acesso em: 14 março 2018.

SILVA, Helena Aparecida. **Inclusão escolar: um desafio entre o ideal e o real** / Helena Aparecida Silva. – Lins, 2010. 49p. il. 31cm.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO. 1994.



## **ANEXOS – ENTREVISTAS**

### **ENTREVISTA COM A DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL (ENTREVISTA I)**

- O que você entende sobre a inclusão escolar?
  
- Há professores especializados nessa área?
  
- Você acha que os professores estão dando conta disso?
  
- Você acha que acaba ocorrendo uma exclusão no lugar da inclusão?
  
- Quais são essas barreiras você acha que são encontradas pelos professores para atender essas crianças?
  
- Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre a educação inclusiva?
  
- O que as escolas podem oferecer para que haja uma educação de qualidade para todos os alunos indistintamente?

### **ENTREVISTA COM A SUPERVISORA DA ESCOLA MUNICIPAL (ENTREVISTA II)**

- O que você entende por inclusão escolar?
  
- Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre educação inclusiva?
  
- Você já trabalhou com algum criança com necessidade educacional especial? Qual tipo de deficiência ou condição?

O que a escola pode oferecer para ter uma educação de qualidade para todos os alunos?

Quais as barreiras enfrentadas além da profissional no trato com estas crianças?

Na escola há quantos casos trabalhados?

Há algum profissional especializado?

**ENTREVISTA COM A PROFESSORA (P1) – SALA REGULAR DE ENSINO  
(ENTREVISTA III)**

O que você entende sobre a inclusão escolar?

Quais barreiras encontradas no trato com estas crianças no que se refere a repassar o conhecimento dentro de sala de aula?

Você acredita que o projeto pedagógico aplicado dentro das salas multifuncionais de ensino do AEE é eficaz para a inclusão destas crianças no ambiente escolar?

Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre educação inclusiva e/ou fazer alguns cursos voltados para a área?

**ENTREVISTA COM A PROFESSORA/PSICOPEDAGOGA (P2) – SALA REGULAR  
DE ENSINO (ENTREVISTA III)**

O que você entende sobre a inclusão escolar?

Quais barreiras encontradas no trato com estas crianças no que se refere a repassar o conhecimento dentro de sala de aula?

Você acredita que o projeto pedagógico aplicado dentro das salas multifuncionais de ensino do AEE é eficaz para a inclusão destas crianças no ambiente escolar?

Em sua formação acadêmica, houve alguma oportunidade de aprender sobre educação inclusiva e/ou fazer alguns cursos voltados para a área?

#### **ENTREVISTA COM A PROFESSORA – SALAS MULTIFUNCIONAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (ENTREVISTA IV)**

O que você entende sobre a inclusão escolar?

Quais são as necessidades especiais encontradas nesses alunos? Poderia descrever algumas?

Quais barreiras encontradas no trato com estas crianças no que se refere a repassar o conhecimento?

Você acredita que o projeto pedagógico aplicado dentro das salas multifuncionais de ensino do AEE é eficaz para o inserimento destas crianças no ambiente escolar e no convívio como um todo em sociedade?